



CAUSA OPERÁRIA

ANO 46 • Nº 1.426

15 A 21 DE JUNHO DE 2026

R\$ 3,00



“CALA BOCA JÁ MORREU...”

É PRECISO UMA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A PERSEGUIÇÃO

Contra a tentativa de silenciar os que denunciam o genocídio do povo palestino e todos os demais crimes do regime sionista, contra a censura e a repressão, defender o cancelamento de todos os processos contra os dirigentes, ativistas e entidades, anulação das condenações; pela irrestrita liberdade de expressão e de manifestação e contra qualquer ingerência nos Partidos e Sindicatos. **pág. 3**

QUEM É O ALVO?

Porque a delação de Vorcaro não delata ninguém?

pág. 3

COLETIVO ROSA LUXEMBURGO

Plenária debateu o avanço na luta das mulheres

pág. 2

RUI COSTA PIMENTA

“Imperialismo só pode ser enfrentado com mobilização dos trabalhadores”

pág. 5

BANCO MASTER

Mais R\$50 milhões para a família Moraes

pág. 2

Fim da 6x1

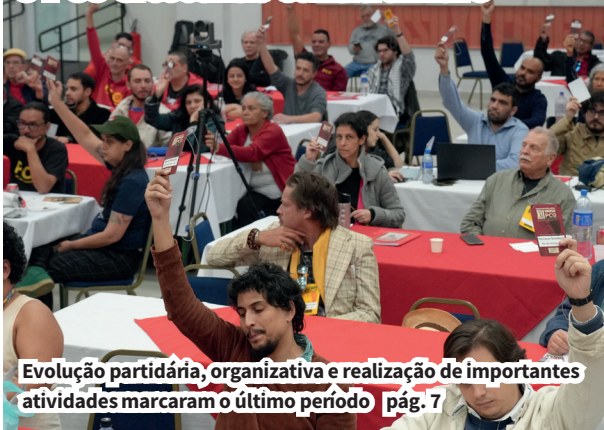
Direita quer impor a ‘PEC da escravidão’



Enquanto a esquerda faz campanha eleitoral comemorando vitória inexistente, FIESP e partidos de direita atacam **pág. 4**

XII Congresso

O PCO crescendo contra a maré



Evolução partidária, organizativa e realização de importantes atividades marcaram o último período **pág. 7**

COMITÊ CENTRAL DO PCO

Nova direção, para uma nova etapa de luta, tem maioria de jovens

pág. 7

DERROTA DO IMPÉRIO

A resposta do Irã e as “ameaças” desesperadas de Trump

pág. 8

Crise

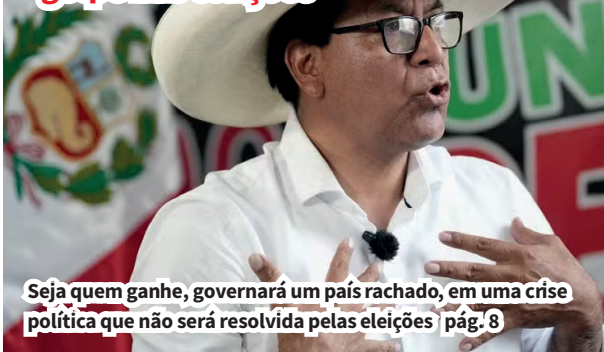
Encolhimento da Parada LGBT expõe a crise do identitarismo



Manifestação reuniu 36,8 mil pessoas na Avenida Paulista no horário de pico. O número é bem inferior ao registrado nos dois anos anteriores **pág. 4**

Peru

Impasse e tentativa de golpe nas eleições



Seja quem ganhe, governará um país rachado, em uma crise política que não será resolvida pelas eleições **pág. 8**

BRASIL

O esgotamento do regime político nacional

pág. 6

EDITORIAL

A campanha reacionária contra os partidos e a farsa do voto distrital

pág. 2

Opinião

Editorial

A campanha reacionária contra os partidos e a farsa do voto distrital

No contexto atual, marcado por uma crise generalizada do regime político brasileiro, assistimos a uma ofensiva reacionária que visa enfraquecer ainda mais a organização política e, em particular, os partidos de esquerda. A recente coluna de Dora Kramer na *Folha de S. Paulo* é um exemplo claro dessa campanha, que se utiliza de argumentos superficiais e moralismo de classe média para atacar o financiamento público das campanhas eleitorais.

Kramer, ao criticar o fundo eleitoral, reduz a política a uma mera transação de serviços, ignorando que os partidos políticos são essenciais para a representação de diversas forças sociais. Sua análise desconsidera a injustiça dos critérios de distribuição do fundo eleitoral, que privilegia as maiores bancadas e sufoca partidos menores e ideológicos e o fato de que quase metade dos partidos não têm acesso a nenhum fundo partidário.

Ao colocar o foco exclusivamente nos custos públicos, a jornalista ignora a verdadeira fonte de corrupção: o poder econômico e os lobbies privados que influenciam decididamente o Parlamento, aí incluído, o poderoso lobby da imprensa capitalista, o “Partido da Imprensa Golpista (PIG)”

A crítica ao fundo eleitoral não é, como sugere Kramer, uma defesa do bem público. Ao contrário, a extinção do financiamento público favorecerá ainda mais apenas os partidos já consolidados e os candidatos com apoio do grande capital, eliminando a já limitada capacidade de partidos operários e de esquerda de competirem em condições mínimas de igualdade.

Além disso, Kramer defende o sistema distrital como solução para uma suposta crise de representatividade. No entanto, essa proposta visa, na prática, dissolver partidos programáticos em favor de candidatos independentes, patrocinados pelo grande capital, facilitando a manipulação política por forças econômicas locais e enfraquecendo a construção de programas nacionais. O voto distrital transformaria a política em uma disputa de clientelismo e coronelismo, onde o poder econômico poderia comprar, ainda mais descaradamente do que já ocorre, a representação política.

A imprensa que se alinha a essa campanha reacionária não busca fortalecer nenhuma democracia real, mas sim perpetuar um regime político moribundo que beneficia as elites econômicas. É alarmante que os partidos de esquerda não reajam à altura dessa ofensiva. Ao contrário disso, os partidos parlamentares acabam por apoiar o “fortalecimento” das instituições defendendo uma “democracia” que inexistente no País.

Em suma, o ataque ao financiamento público e a promoção do voto distrital são partes de uma estratégia maior para dismantlar as estruturas que são obstáculos a um regime ainda mais ditatorial do que o que vivenciamos hoje e, por isso, devem ser denunciados.



PARTIDO DA IMPRENSA GOLPISTA

Reprodução

PELA DITADURA O poderoso lobby da imprensa capitalista em campanha contra os partidos

Mais R\$50 milhões para a família Moraes

Em sua segunda proposta de delação premiada apresentada à Polícia Federal (PF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), Daniel Vorcaro revelou a existência de um outro contrato com o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro do STF Alexandre de Moraes, no valor de R\$50 milhões. Vorcaro alega que o contrato não foi assinado.

Os pagamentos mensais do famoso contrato de R\$129 milhões do ex-banqueiro com o escritório de Viviane foram interrompidos pela liquidação do Banco Master. Ao todo, R\$80,2 milhões já haviam sido pagos. O novo contrato seria, portanto, para pagar o valor remanescente.

Vorcaro afirmou que Moraes não ofereceu nenhuma contrapartida aos pagamentos realizados ao escritório de sua esposa, agindo dentro da legalidade. No entanto, os serviços prestados pelo escritório se reduzem a reuniões de consultoria, que no

ramo da advocacia podem apresentar honorários de valores elevados, mas sempre muitíssimo abaixo dos valores contratados.

Outro fato que faz aumentar as suspeitas sobre essa contratação é o de não serem registradas ações em órgãos nos quais o escritório deveria atuar pelo Banco Master, como o Banco Central e a Receita Federal.

Além disso, trocas de mensagens de Vorcaro com Moraes sugerem que o ex-banqueiro apelava por providências do próprio ministro e não do escritório da esposa.

Este é mais um caso que mostra o nível da corrupção dos chamados “defensores da democracia” do Brasil. Toffoli e Moraes estão diretamente envolvidos no escândalo do Master e são acobertados por outros membros da Corte.

A PF e a PGR não aceitaram a nova delação de Vorcaro, pois a burguesia quer abafar a crise mas incriminando Moraes fatalmente.

Plenária debateu o avanço na luta das mulheres

Entre os dias 4 e 7 de junho de 2026, aconteceu o XII Congresso do **Partido da Causa Operária (PCO)**, que homenageou a companheira Natália Pimenta, importante dirigente do Partido, que iniciou sua militância por volta dos 13 anos e foi extremamente importante para o desenvolvimento e o crescimento do PCO.

Natália Pimenta também foi, até sua morte em novembro de 2025, coordenadora do **Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo**, o coletivo de mulheres marxistas do PCO.

Em meio ao Congresso ((6/6), ocorreu a plenária do Coletivo Rosa Luxemburgo, com participação presencial de mulheres de vários Estados do Brasil. Foi realizada uma importante discussão com vistas ao crescimento do **Coletivo**, e várias contribuições significativas foram incorporadas ao documento final.

Também houve decisões práticas, como: plano de filiação ao **Coletivo Rosa Luxemburgo**; plenária aberta virtual do coletivo, quinzenalmente; retomada da publicação da Revista Mulheres; Cam-

panha pela liberdade total de Ric e Zeza Jones, perseguidos políticos por atuarem a favor do parto humanizado, a fim de que as mulheres escolham como querem parir seus filhos e contra a indústria das cesarianas.

A crise do capitalismo vem se acirrando a cada dia, o que acarreta ataques frequentes e cada vez mais duros contra os trabalhadores, e em especial contra as mulheres trabalhadoras. As mulheres são atingidas no trabalho, cada dia mais precarizado, com salários desiguais. O Estado nega às mulheres o direito ao aborto, inclusive o já previsto em lei, nega cumprir sua obrigação de ajudar na criação dos filhos, nega moradia, saúde, educação — enfim, tudo o que seria necessário para que as mulheres tenham, junto com seus filhos, uma vida digna e de qualidade. Portanto, é fundamental avançar na luta pela organização revolucionária das mulheres, deixando para trás a política divisionista do identitarismo.

Fortalecer o **Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo** é parte importante dessa luta.



COLETIVO Parte da delegação de mulheres do PCO que participou da Plenária Nacional

Destaques

Porque a “delação” de Vorcaro não delata ninguém?

Situação expõe falência do regime político e a dura batalha que se trava na cúpula dos setores responsáveis pelo seu apodrecimento

A delação premiada de Daniel Vorcaro, ex-banqueiro do Banco Master, tem sido tema de intensa discussão e especulação. Em uma trama digna de filmes políticos, a segunda tentativa de delação de Vorcaro está no centro de uma batalha de poder que envolve o Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal (PF) e outros atores políticos de peso. A questão que paira no ar é: a delação será ca-

paz de abalar as estruturas do poder?

Nada de novo

A proposta de delação de Vorcaro não parece ter surpreendido a Polícia Federal ou a Procuradoria-Geral da República (PGR). Ambas as instituições consideram a nova proposta fraca e carente de fatos novos, reforçando a ideia de que o banqueiro tenta proteger seus

aliados políticos. Este cenário revela uma disputa interna: de um lado, uma ala do STF, supostamente ligada a Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, que poderia aceitar uma delação branda para proteger certas figuras. De outro, a PF e a PGR, pressionando por informações que poderiam impactar setores do próprio STF.

A cobertura manipulada da imprensa capitalista destaca a divisão de interesses e a falta

de transparência no processo. A imprensa aponta que a nova tentativa de delação dificilmente será aceita, embora contenha mais detalhes que a primeira. Isso demonstra uma resistência institucional em avançar com um acordo que não atenda a certos interesses de grupos que estão à frente do processo contra o banqueiro.

A falta de maiores alardes sobre a prisão do pai de Vorcaro, usada como forma de pressão, é um exemplo de como a campanha da imprensa é seletiva e movida por interesses políticos.

A situação reflete o cenário político brasileiro, onde não há heróis morais, mas sim uma complexa rede de interesses. Se a delação de Vorcaro atingir membros do STF, do Congresso ou do Executivo, a crise política poderá se intensificar, um cenário que alguns setores do grande capital podem até desejar.

Em ano eleitoral, a delação e outras denúncias, podem se constituir (como de fato já vem acontecendo, como no caso do vazamento envolvendo o senador e pré-candidato presidencial Flávio Bolsonaro) em peças importantes da campanha que tem - cada vez mais - ares mais policiais do que eleitorais.

Esgotamento do regime

Esta crise é mais uma das claras expressões do esgotamento do atual regime político estabelecido no País, evidenciando sua fragilidade.

A delação de Vorcaro é um exemplo claro de como as batalhas políticas são travadas duramente nos bastidores do poder. Mais do que uma questão de justiça, trata-se de uma estratégia de sobrevivência e proteção de interesses. A incerteza sobre o desfecho desse caso nos lembra que, no jogo de poder, a verdade muitas vezes é uma moeda de troca. Enquanto não houver uma resolução, o caso Vorcaro continuará a ser um espelho das disputas e alianças que definem a política brasileira.

O desfecho continua em aberto. Se a delação atingir figuras do STF, do Congresso ou do governo, a crise política se aprofundará em uma ou outra direção. E tudo indica que é justamente esse aprofundamento que setores importantes do grande capital procuram. Não há, nessa disputa, nenhum lado a defender entre os de cima. Há apenas a confirmação de que o regime brasileiro apodrece desde sua cúpula.



Reprodução

ACORDO? Acirra-se a crise no STF, cujos ministros foram denunciados por suas relações com Vorcaro

Por uma campanha nacional contra a perseguição

A denúncia do genocídio do povo palestino, que segundo dados da ONU resultou em quase 200 mil vítimas, incluindo mais de 38 mil mulheres e 20 mil crianças assassinadas, gerou uma série de ações de perseguição no Brasil contra aqueles que apoiam a causa palestina. Essa perseguição, política e judicial, é alimentada por defensores do regime sionista, cujo líder, Benjamin Netanyahu, foi condenado de crimes de guerra e contra a humanidade pelo Tribunal Penal Internacional em 2024.

Desde 2023, o lobby sionista no Brasil, representado pela Confederação Israelita do Brasil (Conib) e aliados no Judiciário e na imprensa, tem atacado dirigentes e militantes do movimento operário com acusações infundadas de antissemitismo. Essas acusações servem como ferramentas de censura e perseguição para silenciar vozes críticas ao sionismo e suas políticas contra os palestinos.

O pretexto principal é procurar disseminar a falsa ideia (e até dar-lhe uma aparência legal) de que a crítica ao regime sionista e sua política genocida, racista e criminosa contra os palestinos e ou-

tros povos seria o equivalente a uma posição de antissemitismo ou antijudaísmo.

Isto quando para qualquer pessoa com o mínimo de conhecimento e discernimento, o antissionismo (oposição ao sionismo, o movimento político nacionalista que defende a criação e manutenção do Estado de “Israel” no território palestino após a sua invasão há cerca de 80 anos pelos sionistas, expulsão e morte de milhares de palestinos) não se confunde com o antissemitismo (preconceito, discriminação ou ódio direcionado ao povo judeu). O antissionismo consiste em uma crítica política a “Israel” e às suas ações contra o povo palestino, e não um ataque religioso ou étnico aos judeus.

A campanha reacionária dos sionistas, violando a própria liberdade de expressão e opinião, da lei brasileira, já atingiu dirigentes políticos da esquerda, como os presidentes, do **PCO**, Rui Costa Pimenta, e do **PSTU**, José Maria de Almeida; além de destacados militantes do **PT** e outros movimentos, como Breno Altman, José Genoíno, André Constantine.

Amparados nesta política reacionária, a direita vem acio-

nando a Polícia e o Judiciário, até mesmo contra sindicatos, como a APEOESP (professores/SP) e dirigentes sindicais como o professor Antônio Carlos Silva, por sediarem ou organizarem atos contra o genocídio do povo palestino.

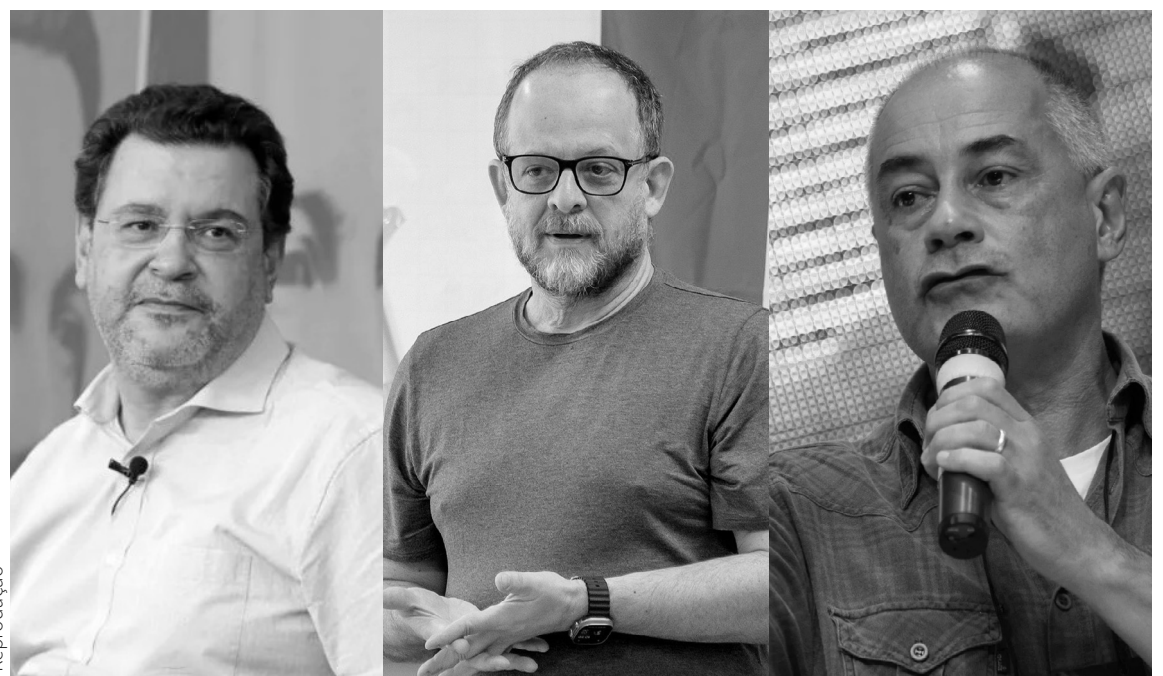
O Ministério Público tem aceitado as posições políticas do Judiciário, que se submete ao sionismo.

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1.424/2026 da

deputada Tabata Amaral (PSB) busca adotar a posição sionista como definição oficial de antissemitismo no Brasil, tentando criminalizar críticas a “Israel”. Críticas ao projeto levaram a ataques sionistas contra o jornalista Glenn Greenwald, acusado, por sionistas, sem qualquer base real, de minimizar o preconceito contra judeus.

Contra toda essa perseguição, as organizações de defesa dos direitos democráticos, de

luta contra a censura e a repressão, precisam impulsionar uma campanha de denúncia e esclarecimento que entre outras reivindicações se coloque claramente pelo fim da perseguição, cancelamento de todos os processos contra os dirigentes, ativistas e entidades, anulação das condenações; pela irrestrita liberdade de expressão e de manifestação e contra qualquer ingerência nos Partidos e Sindicatos.



Reprodução

PERSEGUIDOS Rui Pimenta (PCO), Breno Altman (PT) e Zé Maria (PSTU) entre os perseguidos pelos sionistas

Nacional

Direita quer impor a 'PEC da escravidão'

Enquanto a esquerda faz campanha eleitoral comemorando vitória inexistente, FIESP e partidos de direita atacam

A Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 27, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 221/19 que prevê a modificação na jornada de trabalho.

Conhecida como "fim da jornada 6x1", na realidade, a proposta traz apenas mudanças residuais, para uma minoria dos trabalhadores.

Acordo com a direita

Ocorreu um acordo do governo com a Câmara e a proposta foi aprovada por ampla maioria, somente 22 deputados foram contrários. Ou seja, o projeto foi apoiado pela direita, fi-

cando claro que se tratava de uma manobra.

Nos dias seguintes, essa manobra da direita já começou a ser desmascarada.

"PEC da jornada 7x0"

Ao mesmo tempo em que a PEC 221/19 foi encaminhada ao Senado Federal, a direita apresentou uma "proposta alternativa", a PEC 12/26, apelidada de "PEC da flexibilização", com a assinatura inicial de 40 senadores (metade do Senado), que prevê que "o trabalhador possa escolher entre o regime tradicional da Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT) e um modelo flexível, baseado em horas trabalhadas".

Na prática, se aprovada, vai representar o fim dos direitos trabalhistas e o fim da CLT, que já não existem para a metade dos trabalhadores que não têm carteira assinada. Serão reconhecidos legalmente os "acordos" firmados entre patrões e empregados (verdadeiras imposições patronais), sem quaisquer garantias.

Atualmente, a grande maioria dos sindicatos são dirigidos por pelegos. A pressão das empresas vai prevalecer sobre os trabalhadores. Podemos chamar essa proposta de "PEC da escravidão" ou então de "PEC da jornada 7x0".

Apoio da Fiesp

A própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou no último dia 9, uma carta aberta, com a assinatura de diversos sindicatos e federações patronais, pedindo a aprovação da nova PEC. Isso comprova que a liquidação dos direitos trabalhistas tem o total apoio e patrocínio dos patrões, da burguesia nacional.

Em todo esse processo, as direções do movimento operário não intervieram com uma política própria, uma política independente. A questão da redução da jornada foi tratada como campanha eleitoral.

Política própria

Enquanto a esquerda comemora uma grande vitória – que não existe –, a direita quer impor a volta da escravidão.

Agora a esquerda vai procurar um novo acordo. Mas qualquer acordo que sair dessas negociações, certamente será ruim para os trabalhadores.

É necessária uma outra política. Lutar, por meio de uma mobilização real dos sindicatos e organizações populares, pela completa revogação da reforma trabalhista imposta pelos governos golpistas; pela redução da jornada para 35 horas semanais, no máximo 5 dias por semana e 7 horas diárias, sem redução dos salários.



Reprodução

GOLPISTA Presidente da FIESP, Paulo Skaf, chefe lobby capitalista em favor da PEC da Escala 7x0

Encolhimento da Parada LGBT expõe a crise do identitarismo

Nos últimos anos, a Parada LGBT de São Paulo, um dos maiores eventos do gênero no mundo, tem enfrentado um notável declínio em termos de público e impacto econômico. Essa mudança reflete uma crise mais ampla no movimento identitário, que vem perdendo força e apoio, tanto financeiro quanto político.

A 30ª edição da Parada LGBT de São Paulo ilustra claramente a dependência do evento em relação ao financiamento de empresas, ONGs e do Estado. Com a diminuição do patrocínio, o evento encolheu significativamente. Neste ano, segundo estudo do Monitor do Debate Político do Cebrap-USP em parceria com a ONG More in Common, apenas 36,8 mil pessoas compareceram, um número muito inferior aos anos anteriores, quando a participação chegava a milhões. A redução no número de patrocinadores, de 11 em 2025 para apenas quatro em 2026, levou a uma diminuição na estrutura do evento, com apenas 14 trios elétricos em comparação a 20 no ano anterior. Como resultado, a economia local também sofreu um impacto, com uma queda de 15% na movimentação econômica em relação a 2025.

Os números declinantes da Parada refletem o desgaste do identitarismo,

uma ideologia que, em seu auge, amparado em investimentos de muitos milhões, criou uma "mobilização" artificial, mas que agora parece estar afastando apoiadores.

O identitarismo é a política impulsionada pelo imperialismo para fragmentar a luta dos setores oprimidos, afastando-os da luta geral dos trabalhadores e colocando-os sob a influência de ONGs e partidos

políticos que priorizam agendas específicas em detrimento de demandas mais amplas, como emprego e saúde e a luta contra a burguesia e seus governos.

A dependência do movimento LGBT do financiamento empresarial e a judicialização das lutas por supostos direitos (que significa colocar os setores oprimidos sob a tutela de setores ultrarreacionários como

o judiciário) vem contribuindo para um aumento da rejeição ao identitarismo.

O declínio da Parada LGBT de São Paulo é um reflexo da crise do identitarismo, que, ao fragmentar as lutas sociais e depender excessivamente de financiamento externo, perde a cada dia parte do apoio que conquistou, semeando ilusões e dividindo a luta dos explorados.



Reprodução

DECLÍNIO Com menos incentivos dos capitalistas, movimento identitário recua

Nacional

Um vitorioso ato combativo e internacionalista

Uma contundente tribuna de defesa das liberdades democráticas, de crítica à censura e de defesa da luta dos povos oprimidos

No último dia 4, o **Partido da Causa Operária (PCO)** realizou o Ato de Abertura de seu XII Congresso Nacional. O evento, sediado no Auditório Paraíso, em São Paulo, reuniu dirigentes partidários, delegações de diversos estados do país e representantes de partidos políticos e de movimentos populares e sindicais. Batizado oficialmente como “Congresso Natália Pimenta”, em homenagem à destacada dirigente falecida no ano passado, o encontro transformou-se em uma contundente tribuna de defesa das liberdades democráticas, de crítica contundente à censura judicial no Brasil e de solidariedade irrestrita à resistência dos povos.

Entre os pronunciamentos, destacaram-se a profunda denúncia feita pelo presidente do Instituto Brasil-Palestina (Ibraspal), Ahmed Shehada, e o prefácio programático feito pelo presidente nacional do **PCO**, Rui Costa Pimenta, que alertou para os riscos de capitulação da esquerda tradicional diante do grande capital.

Caráter internacionalista

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do dirigente nacional Antônio Carlos Silva, que ressaltou o caráter internacionalista da mesa e justificou a escolha do nome do congresso homenageando o legado de Natália Pimenta. Registrou ainda as saudações enviadas

por lideranças que não puderam comparecer como a deputada estadual Professora Bebel (PT-SP), presidenta licenciada da Apeoesp — representada no ato por Roberto Guido —, e o jornalista Breno Altman, que enviou votos de pleno êxito ao fórum de debates.

Na sequência, José Reinaldo, do Cebrapaz, elogiou o **PCO** por erguer a voz em defesa das resistências palestina e libanesa contra o sionismo. Izadora Dias, do Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo, exaltou a tenacidade teórica e humana de Natália como espelho para as trabalhadoras.

Representando o Campo Progressista Árabe, Reda Sued enfatizou a robustez da aliança anti-imperialista com

o **PCO** e afirmou que as ações em Gaza escancararam a fragilidade israelense, provando que o único caminho vitorioso é a resistência.

Gustavo (POR) defendeu uma frente única anti-imperialista inspirada na conjuntura boliviana.

No plano sindical, Roberto Guido, presidente da APEOESP, traçou um paralelo histórico contundente, igualando os argumentos patronais contra o fim da escala 6x1 aos discursos escravocratas do século XIX.

A plenária ouviu, então, o contundente relato de Daniel Lemes, liderança Guarani-Caiouá do Mato Grosso do Sul e integrante do **Coletivo Indígena Terra Vermelha**. Lemes comparou diretamente o massacre sofrido pelas comunidades indígenas no Cone Sul do Mato Grosso do

Sul à opressão imposta ao povo palestino, denunciando o caráter espoliador do sistema capitalista agrário.

Charles Gentil (PT) alertou para os retrocessos gerados pela extrema-direita.

Mais corajoso do País

O ato culminou com pronunciamentos de forte peso político. Ahmed Shehada, presidente do Ibraspal, elogiou publicamente o **PCO**, definindo-o como a organização mais corajosa do País na denúncia dos crimes do imperialismo. Ele fez questão de desmistificar a campanha que sionista que visa comparar a oposição política ao Estado de Israel com o preconceito religioso. Rechaçou o uso do aparato judicial para sufo-

car o debate e censurar jornalistas.

Encerrando as intervenções políticas, o presidente nacional do **PCO**, Rui Costa Pimenta, proferiu um importante discurso que funcionou como um balanço dos anos recentes de atuação partidária (*leia matéria abaixo*).

A Internacional

O ato de abertura foi encerrado formalmente com o plenário de pé. Sob o tremular de dezenas de bandeiras vermelhas, bem como da Palestina, do Irã e da Venezuela, entre outras, os delegados e convidados entoaram em uníssono A Internacional, o hino histórico do proletariado mundial, declarando oficialmente abertos os trabalhos do XII Congresso Nacional do **PCO**.



COMBATIVO Ato reuniu dirigentes da esquerda e homenageou Natália Pimenta

“Imperialismo só pode ser enfrentado com mobilização dos trabalhadores”

O presidente nacional do **Partido da Causa Operária (PCO)**, Rui Costa Pimenta, encerrou o ato de abertura do XII Congresso Na-

cional da organização, no último dia 4, em São Paulo, realizando um breve balanço da situação política nacional e internacional e da atua-

ção do Partido desde o último Congresso em 2022.

Pimenta justificou o longo hiato entre o XI e o XII Congresso apon-

tando uma série de ofensivas judiciais contra o partido, como os 12 processos movidos pelos sionistas contra o **PCO** devido à defesa da Palestina.

Para Rui, o **PCO** precisou “nadar contra a corrente da maioria da esquerda nacional”, que teria capitulado ao se aliar ao grande capital e a instituições burocráticas do Estado sob a justificativa de enfrentar a extrema direita.

O presidente do **PCO** destacou que o Partido cresceu e aumentou sua influência justamente por ter se mantido fiel ao seu programa trotskista, rejeitando as demandas identitárias financiadas internacionalmente.

Pimenta classificou a liberdade de expressão como a pedra angular dos direitos democráticos. “Se você não tem o direito de falar, os outros

direitos perdem o significado”, afirmou.

No campo internacional, demarcou a posição do **PCO** em defesa irrestrita das resistências armadas no Oriente Médio, contrastando-a com o que chamou de “apoio platônico” e “pela metade” do restante da esquerda partidária.

“O que está acontecendo na Palestina não é simplesmente um problema humanitário. Para o **PCO**, o que está acontecendo na Palestina é uma luta revolucionária do povo palestino dirigida pelo Movimento de Resistência Islâmica, o Hamas. Nós fomos o único partido que declarou em alto e bom som para que todo mundo ouvisse essa verdade óbvia e elementar”, cravou.

O dirigente encerrou seu discurso alertando para os planos do imperialismo na América La-

tina, citando a aplicação de políticas de ajuste e exceção nos países vizinhos. Para ele, o resultado das urnas no Brasil será secundário diante da ofensiva em curso.

“Eles vão procurar aplicar essa política no Brasil. Ganhe quem ganhe a eleição. Porque não se trata simplesmente do voto. Até porque o voto é uma coisa que a burguesia tem condições de distorcer e de manipular”, projetou.

A saída apontada por Pimenta para a próxima etapa política repousa exclusivamente na ação direta. “O que o imperialismo está preparando para o Brasil só poderá ser enfrentado vitoriosamente pela mobilização efetiva dos trabalhadores através das suas organizações, dos sindicatos, dos movimentos populares nas ruas. Esse é o caminho, companheiros. Esse é o único caminho”, concluiu.



PIMENTA Presidente do **PCO** apresentou eixos do debate político e destacou evolução do Partido

Movimentos

O esgotamento do regime político nacional

Informe Político Nacional debateu o esgotamento do regime político nacional e as consequências e perspectivas para o próximo período

O Informe Político Nacional apresentado por Rui Costa Pimenta, presidente nacional do Partido, destacou o esgotamento do regime político de 1988, bem como o papel de cada uma dos setores políticos no atual estágio da política nacional.

Em nome da Direção Nacional, Pimenta destacou

que o arranjo nascido com a Constituição de 1988 foi um pacto orquestrado para conter o ascenso operário da década de 1970, preservando a estrutura essencial da ditadura militar sob uma nova roupagem. Nesse sentido, os direitos conquistados na transição funcionam apenas como “uma espécie de verniz sobre

o edifício político da ditadura”, resultando em um regime pseudo-constitucional de alternância controlada. Esse regime entrou em crise permanente com o golpe de 2016.

Falência estrutural

O atual crescimento da extrema direita reflete essa fa-

lência estrutural; a reação do grande capital tem sido o uso de expedientes autoritários. As medidas de força adotadas pelo Judiciário não são uma reação defensiva da “democracia” em abstrato, mas sim uma tentativa de sobrevivência do próprio sistema.

“A burguesia não está trabalhando no sentido de substituir o regime. Ela está trabalhando no sentido de recauchutar o regime”, explicou. O super poder concedido ao STF é um eixo dessa estratégia de manutenção do regime de maneira ainda mais artificial e autoritária. Na análise partidária, essa engenharia institucional vai fracassar, tensionando a situação política até que se coloque de forma aberta o embate entre a contrarrevolução e a revolução.

Esgotamento do PT

A análise do cenário nacional reservou duras críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao

balanço do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Afirmou que o PT, outrora integrado ao regime para garantir estabilidade, hoje compartilha do mesmo esgotamento.

“O balanço do terceiro governo mostra um esgotamento total da política do PT. O governo Lula não foi nem social, nem nacional e nem democrático. Ele foi exatamente o oposto de tudo isso”, citando as reformas fiscais, as concessões ao setor privado e o apoio governamental a medidas de restrição da liberdade de expressão.

O dirigente alertou que as eleições de 2026 trarão uma nova ofensiva neoliberal de austeridade, independentemente do vencedor, e que o PCO não deve encarar o pleito como uma busca pragmática por votos. “Nós entramos na eleição para ampliar a nossa influência eleitoral, ou seja, a nossa influência política, ou seja, a influência do nosso programa político”, concluiu.



DELIBERANDO Após intensos debates, informes foram votados pelo Plenário

A crise do imperialismo e as tarefas do partido revolucionário

O informe político internacional apresentado no XII Congresso Nacional do Partido da Causa Operária (PCO), ocorrido entre os dias 4 e 7 de junho em São Paulo, pelo companheiro João Jorge Pimenta, membro da direção nacional do Partido, destacou o fato de que o imperialismo enfrenta sua maior crise desde o período entre as duas guerras mundiais, perdendo a capacidade de manter a estabilidade nas colônias e nos países centrais. João Jorge destacou que o posicionamento na política internacional funciona hoje como um teste definitivo para as organizações operárias. “Você pode saber do que é feito uma organização só de olhar as posições deles sobre a política internacional. É fácil”, pontuou o dirigente, emendando que a esquerda pequeno-burguesa falha em compreender que a contradição fundamental da nossa época é a luta en-

tre a classe trabalhadora e o imperialismo.

Para ilustrar o enfraquecimento das potências, foi enfatizada a instabilidade crônica na América Latina, citando a rapidez com que governos neoliberais entram em crise, e a desorganização interna nos Estados Unidos sob o segundo governo de Donald Trump. Segundo João Pimenta, essa perda de controle tem levado as potências imperialistas a transformarem suas democracias de fachada em regimes abertamente ditatoriais, marcados pelo cerceamento do direito de greve, de organização e de expressão na Europa. Ele denunciou a perseguição a movimentos de solidariedade ao povo palestino na Alemanha e no Reino Unido, acusando a esquerda identitária de pavimentar o caminho para a censura estatal. “Eles foram fazer toda uma agitação, uma campanha para proibir o chamado discurso de ódio para colocar na ilegalidade determinadas visões. E aí,

quando a gente menos esperava, a luta contra o racismo virou a defesa do Estado de Israel”, criticou.

João Pimenta caracterizou a esquerda institucional como meros “gestores da política neoliberal” e apontou o surgimento de uma resistência a essa burocracia por meio de novas

organizações independentes na Europa. A caracterização fundamental é que a paralisia das massas é temporária e decorre de um frágil equilíbrio econômico global que caminha para uma ruptura iminente.

“A nossa função, e essa é a função da esquerda revolucio-

nária internacionalmente, é travar o combate de ideias, organizar o partido, liquidar dentro da esquerda essa infiltração imperialista e, a partir daí, organizar um movimento mais amplo que permita a libertação dos povos e a revolução”, finalizou o dirigente.



JOÃO JORGE “Liquidar dentro da esquerda a infiltração imperialista e organizar um movimento pela revolução”

Internacional

O PCO crescendo contra a maré

Balanço de atividades mostrou evolução da construção do partido operário revolucionário

O terceiro dia do XII Congresso Nacional do **Partido da Causa Operária (PCO)** foi dedicado ao balanço de suas atividades práticas, finanças, incorporação de novos militantes e organização de sua imprensa. Os relatos apresentados pela Direção e por delegados de diversas regiões do País revelaram um período de intensa atividade prática nos últimos quatro anos, marcado pelo enfrentamento à censura judicial, crescimento numérico expressivo e a adoção de novas tecnologias de comunicação.

O informe da direção, apresentado pelo companheiro Antônio Carlos Silva, destacou que o Partido atravessou seu período de maior atividade interna desde a campanha contra o golpe de Estado de 2016 e registrou um incremento superior a 50% no total de filiados e de militantes dos organismos partidários. A direção enfatizou que esses números se diferenciam do cenário geral da esquerda institucional, que apresentou retrocesso parlamentar e perda de filiados desde as últimas eleições.

Ao contrário das demais organizações de esquerda que dependem de fundo partidário, mandatos parlamentares ou financiamento de ONGs internacionais, o **PCO** avançou na conquista de centenas de contribuintes para suas ativida-

des e outras iniciativas de arrecadação por meio do esforço direto da militância, essenciais para garantir a independência política do Partido frente ao Estado e ao grande capital.

Coletivos

Foram realizadas plenárias específicas para discutir a atuação entre as mulheres, a juventude e o movimento sindical. Durante as intervenções, os delegados apontaram a necessidade de regularizar e sistematizar essas frentes.

O "Coletivo Psi", voltado para psicanalistas e psicólogos, relatou suas atividades de discussão política sobre o tema, destacando a publicação recente de uma tradução corrigida de uma carta de Sigmund Freud de 1930, na qual o psicanalista declinava de apoiar financeiramente a migração judaica para a Palestina. Já o Clube de Leitura Natália Pimenta relembrou o legado da dirigente homenageada pelo Congresso. O clube mantém reuniões mensais que debatem desde o teatro grego clássico até autores modernos como o paulista João Antônio.

Valderi Garcia, índio guarani do **Mato Grosso do Sul que integra o Coletivo Terra Vermelha**, relembrou a primeira caravana que organizou de Dourados para São Paulo em 2022 e relatou as di-

ficuldades cotidianas enfrentadas em seu território na luta pela terra.

Perseguição e superação

Diante do bloqueio total das contas oficiais na internet em 2022, por determinação do STF, o Partido foi obrigado a descentralizar sua estrutura, criando canais de reserva e expandindo sua atuação em plataformas alternativas e se estabelecer como o quinto maior Partido em engajamento nas redes sociais e o segundo colocado na plataforma X. O alcance

mensal do perfil principal no Instagram saltou de 24 mil interações em 2022 para 335 mil no período recente.

A Secretaria Internacional detalhou que a perseguição também ocorreu em nível global devido à campanha irrestrita em defesa da Resistência Palestina. O Partido teve páginas deletadas pela empresa Meta após os acontecimentos de outubro de 2023. Como resposta, a equipe de comunicação vem estruturando um acervo digital independente.

A Comissão de Redação do *Diário Causa Operária* apresentou um balanço sobre a incorporação de ferramentas de inteligência artificial na rotina da imprensa partidária e o crescimento do envolvimento de dezenas de militares no trabalho de redação.

Avanços e dificuldades do trabalho partidário foram amplamente debatidos no Plenário e nos grupos, sendo votadas resoluções para aperfeiçoamento do trabalho nos diversos setores do trabalho partidário realizado coletivamente.



AMPLO DEBATE Atividades e funcionamento foram discutidas em grupos e no Plenário após informe de Antônio Carlos

Nova direção, para uma nova etapa de luta, tem maioria de jovens

O XII Congresso Nacional do **Partido da Causa Operária (PCO)** encerrou-se, no último dia 7, com um exemplo de unidade política de democracia interna da organização operária e socialista. Após quatro dias de intensos deba-

tes e avaliações, o partido elegeu seu novo Comitê Central Nacional (CCN), composto por 21 membros efetivos e 7 suplentes.

Ao contrário do que acontece na maioria dos partidos, principalmente da direita, onde um redu-

zido grupo de chefes comandam as legendas como se fossem suas propriedades, e dos partidos em que a disputa pelo comando está amparada no controle dos aparatos, fundos e relações com grupos privados ou ONGs financiadas pelo

grande capital, no PCO a direção é eleita com base no critério da militância, da dedicação ao trabalho de construção partidária, na fidelidade e empenho na luta pelo programa revolucionário, sendo formada por aqueles que se destacam no trabalho partidário de forma consciente e voluntária.

Assim, a nova direção do PCO passou a ser integrada por tradicionais lideranças do Partido como os companheiros Rui Costa Pimenta e Antônio Carlos Silva, com mais de quatro décadas de dedicação à luta revolucionária, ao lado de uma maioria de jovens e de militantes com menor experiência política que se destacaram nas lutas dos últimos anos, com mais de 60% de seus integrantes com menos de 35 anos, um fato incomum nos demais partidos.

A renovação dos membros da direção se deu após as devidas homenagens a companheiros que integraram a última direção partidária e faleceram como a

companheira Natália Pimenta (com apenas 40 anos), umas das principais organizadoras do Partido e da sua juventude nas duas últimas décadas, e o companheiro Júlio Marcelino, operário da categoria do setor de carnes e frios. Também foram lembrados destacados militantes que contribuíram para a trajetória exitosa do PCO, nos últimos anos, como os companheiros Neuder Bastos (DF) e Irapuan Augusto Pedro (SP).

O XII Congresso do PCO preparou o partido para novos desafios, destacando a necessidade de uma resposta independente da classe operária diante da crise política e econômica global.

Mais do que um evento interno do PCO, o Congresso em suas resoluções e nas decisões sobre a organização do Partido e na escolha de sua direção indicou uma perspectiva que se mostra necessária para o conjunto da esquerda e para a luta revolucionária do próximo período.



PARTICIPAÇÃO Militantes mais jovens e setores mais experientes debateram temas e escolheram nova direção

Internacional

A resposta do Irã e as “ameaças” desesperadas de Trump

As forças que lideram o combativo Eixo da Resistência atingiram alvos estratégicos dos EUA na região

Nos últimos dias, o cenário geopolítico no Oriente Médio se intensificou com a resposta do Irã às agressões norte-americanas, destacando a prontidão e determinação do governo da República Islâmica diante das ameaças dos Estados Unidos. Esta situação ocorre em um momento em que a administração Trump está visivelmente pressionada, tanto interna quanto externamente, e busca desesperadamente re-

firmar sua influência na região.

Ação e reação

Na madrugada do último dia 10, o Irã lançou ataques contra instalações norte-americanas no Barém e na Jordânia, em retaliação aos bombardeios dos EUA na província iraniana de Hormozgan. O Irã acusa os Estados Unidos de utilizarem um episódio não comprovado, a queda de um helicóptero Apache próximo

ao Estreito de Ormuz, como pretexto para suas ações militares. Apesar da falta de evidências claras, Trump rapidamente responsabilizou o Irã e ordenou ataques de retaliação.

O Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (CGRI) iraniano respondeu de forma contundente, atingindo alvos estratégicos, incluindo o quartel-general da Quinta Frota dos EUA, no Barém, e a base aérea de al-Azraq na Jordânia. A operação demonstrou a ca-

pacidade do Irã de realizar ataques coordenados e precisos, aumentando a pressão sobre as forças norte-americanas na região.

Desespero por trás das ameaças

A retórica beligerante de Trump não é novidade. Suas ameaças de “duros ataques” contra o Irã refletem uma política externa baseada na coerção e intimidação. No entanto, a insistência em uma aborda-

gem de “máxima pressão” está claramente perdendo eficácia. O governo Trump enfrenta um cenário cada vez mais desafiador, com portas se fechando rapidamente, e a estratégia de ameaçar com força esmagadora para dobrar a resistência iraniana se mostra cada vez mais inútil.

Ao invés de capitular, o governo do Irã reage cada vez com maior energia e com o apoio do seu povo mobilizado. A resposta iraniana não só desafia a cada vez mais frágil iniciativa dos EUA e de Israel, como também fortalece sua posição no Eixo da Resistência, uma coalizão de países e grupos que se opõem à dominação dos EUA e de “Israel” no Oriente Médio.

Implicações e Conclusões

A situação se agrava cada vez mais para os EUA e todo o bloco imperialista que, de fato, apoiaram as ações criminosas contra o Irã, Líbano, Palestina etc. O Irã, ao mostrar que não cederá às pressões externas, reafirma sua postura de resistência contra os ataques criminosos dos EUA e de seus aliados e impulsiona a luta contra a dominação imperialista de todos os povos da região e de todo o Mundo.

O governo Trump, por outro lado, parece estar cada vez mais isolado e sua crise é expressão da falência de todo o regime de dominação imperialista.

Abaixo a ditadura na Bolívia

A Bolívia enfrenta um momento crítico em sua história política, marcado pela crescente insatisfação popular e pela resposta autoritária do governo de Rodrigo Paz. A recente promulgação da Lei 1740, que autoriza a atuação conjunta das Forças Armadas e da Polícia Boliviana contra manifestantes, destaca a acelerada transformação progressiva do regime em uma ditadura. Essa lei, embora apresentada como uma defesa da Constituição, na verdade, oferece uma cobertura legal para a repressão militar contra o povo, que clama por mudanças.

Desde o início das mobilizações em 1º de maio, trabalhadores, camponeses, índios e setores sindicais têm se unido para protestar contra o programa neoliberal de Paz. O bloqueio de rodovias, que afetou o abastecimento de bens essenciais, é uma forma de resistência contra um governo que tenta silenciar vozes dissidentes com violência e autoritarismo.

A resposta do governo Lula, que se solidarizou com o regime de Paz sob o pretexto de “ajuda humanitária”, contrasta com a necessidade urgente de apoiar a luta do povo boliviano.

Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, a COB (Central Operária Boliviana) e diversas organizações sociais têm alertado a comunidade internacional sobre os perigos dessa lei, que enfraquece garantias democráticas e amplia a intervenção militar em conflitos internos. O apoio internacional, especialmente dos Estados Unidos, ao governo boliviano indica um alinhamento com interesses imperialistas, que buscam impor reformas neoliberais à força.

A resistência popular na Bolívia é um aspecto essencial da luta contra o avanço da direita na América Latina. A luta do povo boliviano contra a ditadura e por colocar para fora o governo Paz deve ser apoiada de forma incondicional, por todas as organizações de luta dos trabalhadores do Brasil e do Mundo.

🌐 PCO.ORG.BR
 📘 FACEBOOK: [PCO29](https://www.facebook.com/PCO29)
 ✂️ X: [PCO29](https://twitter.com/PCO29)
 📷 INSTAGRAM: [PCO.29](https://www.instagram.com/PCO.29)

Impasse e tentativa de golpe nas eleições peruanas

Os eleitores peruanos que compareceram às urnas no último dia 7 ainda não sabiam quem seria o próximo mandatário do país, quando fechamos essa edição.

Com mais de 98% das urnas do país apuradas, os dados oficiais do órgão eleitoral indicavam que o candidato da esquerda, Roberto Sánchez tinha 50,03% dos votos válidos contra 49,97% da candidata direita, Keiko Fujimori.

Keiko lidera entre os eleitores que votaram no exterior, com cerca de 63,37% dos votos, contra 36,63% de Sánchez.

O escritório eleitoral peruano, responsável pela apuração, informou que a divulgação do resultado final pode demorar dias, e até mesmo que o resultado final pode vir a ser divulgado apenas no mês de julho, de forma semelhante ao que se deu no primeiro turno. Em um processo eleitoral marcado pela manipulação e denúncias de fraudes.

A expectativa da direita era ganhar as eleições por um pequena margem de votos, principalmente da votação no exterior, feita sob intensa pressão da imprensa imperialista que anunciou em várias “pesquisas” a vitória da candidata neoliberal, até mesmo na “boca de urna” e nos votos no próprio País, o que não aconteceu.

Em meio às incertezas quanto à divulgação do resultado final dos votos, a coligação de esquerda “Juntos pelo Peru”, liderada por Roberto Sánchez, anunciou que convocará manifestações em Lima e outras localidades contra o que ele denomi-

nou de “*manobra contra o povo e a democracia*”.

Walter Flores, porta-voz da coligação de esquerda, confirmou que a organização preparava uma mobilização nacional com o objetivo de defender o que considera a “*vontade popular manifestada nas urnas*”. “*Há uma orientação no sentido de organizar o povo para fazer resistir aos embates da direita*”, declarou Flores. De acordo com o que explicou, simpatizantes e dirigentes de diversas regiões se deslocaram até a capital, Lima, para participar de uma marcha que buscará respaldar o voto do denominado “Peru profundo”. O dirigente afirmou ainda que existe uma movimentação no sentido de desconhecer os resultados eleitorais. “*É evidente que há todo um complô da direita que quer preservar o poder político*”, declarou.

Por sua vez, Javier Adrianzen, advogado do ex-presidente Pedro Castillo, solicitou ao mandatário interino, José María Balcázar, que declare “*persona non grata*” o em-

baixador dos Estados Unidos no Peru, Bernie Navarro, acusando o diplomata de ingerência nos assuntos internos ao referir-se publicamente ao processo eleitoral.

Mesmo com a possibilidade de ser eleito, Sánchez enfrenta pendências judiciais no Peru. No último dia 5, a Justiça determinou que ele será julgado por omitir informações sobre o financiamento de seu partido em eventos realizados de 2018 a 2020; vale dizer, a justiça do país prepara mais um golpe contra a esquerda peruana.

O resultado apertado confirma a divisão social do Peru. Fujimori concentra força nos setores urbanos, no voto conservador, em Lima e no exterior. Sánchez cresceu entre os setores rurais, andinos e amazônicos, onde o fujimorismo enfrenta forte rejeição e onde o Castillo ainda tem peso.

O mais importante é que, seja quem for o vencedor, governará um país rachado, pressionado pelo capital financeiro e mergulhado em uma crise política que não será resolvida pelas eleições.



DIFERENÇA DE 0,1% Candidato da esquerda Roberto Sánchez e a direita, Keiko Fujimori, quase empataram